



SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho
Coordenação-Geral de Normatização e Programas

Ata da 23ª Reunião Ordinária da CPNP NR 29

Local: Sala de reuniões da FUNDACENTRO/ES.

Data: 5 e 6 de dezembro de 2011 Início: 13:30 às 17:30 h.

Verificação de quorum: a coordenação procedeu à chamada individual dos representantes, sendo confirmada a presença em número suficiente para a realização da 23ª Reunião Ordinária. Ausências justificadas dos representantes patronais Sr. Milton Tito (CNF) e Luis Sergio Oneto e José Homero Xavier Sampaio (Syndarma).

- 1- Leitura da ata da 22ª reunião ordinária** realizada em Pecém/Fortaleza que foi antecipadamente enviada aos titulares por bancada para análise, sugestões e correções; Após a leitura foi aprovada com correções ortográficas.

- 2- Continuação de análise de alteração referente ao uso de trava de segurança nos ganchos – proposta de inclusão do subitem 29.3.5.24.1.** Para defender a proposta, pelo Sr. José Pedro Oliosi – representante da empresa Acelor Mittal, gerente operacional do Terminal de Produtos Siderúrgicos de Praia Mole – Vitória/ES, fez uma apresentação prévia do problema. Afirmou que a questão referente ao uso das travas, tratado na 21ª RO em Paranaguá, persistia e que fosse ponderado pela CPNP a possibilidade de adequar o texto às condições seguras para o manuseio dos ganchos e suas travas. Relatou que foi realizada pesquisa entre fabricantes e fornecedores dos referidos acessórios, não foi encontrado o produto similar que não oferecesse novo ou o mesmo risco de prensagem dos dedos, além de problemas operacionais que inviabilizariam a operação. Em resumo, relatou que o grande esforço físico dos trabalhadores para o levantamento dos conjuntos elo/corrente (60 kg) persistia, mesmo em duplas a operação envolveria riscos de prensagem. Contribuiu também sobre o tema, o relato do Eng. França da Acerlor Mittal, esclareceu que desde 1984 até a notificação da SRTE/ES (2009), o TPS operou sem nenhum acidente de queda de carga por falta das travas nos ganchos, e que o próprio peso do conjunto elo e corrente, além da flexibilidade desta última, impedem que o referido conjunto se solte do gancho, mesmo na situação de carga arriada. Em seguida foi projetado de PPT, um passo a passo das dificuldades da operação objeto da demanda em análise. Iniciado o debate, o representante laboral José Adilson Pereira, se mostrou favorável a uma solução, uma vez que a reclamação era grande entre os

seus representados, principalmente por ser fator gerador de dor e lesões de ombros em decorrência da posição adotada pelos trabalhadores no manuseio dos acessórios de estivagem. Com a palavra Rosângela Mendes se mostrou preocupada quanto a exceções no texto da norma por entender que poderia ser interpretada como liberação de uso de ganchos sem travas em outros tipos de lingas nos portos do país, o que poderia representar um retrocesso às questões de segurança. Em seguida, Guanito Prado (FNP) alertou que a questão seria ergonômica e que a CPNP deveria estar atenta para que a NR 29 não fosse mutilada, sugerindo que a empresa criasse um comitê de ergonomia para tratar do assunto. Antonio Carlos Garcia concordou que dificuldades existem, mas que a criação de exceções seria um viés perigoso, acrescentou que a empresa demonstrou que após 27 anos de operação sem a trava, não ocorrera acidente, ela deveria fazer uma solicitação à SRTE/ES para que não fosse utilizada a trava em condições operacionais devidamente justificadas sob o ponto de vista de segurança, evitando assim a alteração proposta no texto da NR 29. A seguir com palavra Mário Teixeira da FENCCOVIB alertou que não poderia ser objeto de negociação itens da NR 29, pois seria uma flexibilização de garantias em segurança do trabalho, o que seria vedado do ponto de vista constitucional. Não houve um acordo sobre o item, sendo decidido que novamente seria pautado para a próxima RO.

- 3- Análise de texto para inclusão do subitem 29.3.5.18 e outros subitens sobre equipamento de movimentação de cargas e o “efeito vela” nos portos – TPS, FUNDACENTRO e DSST.** O coordenador passou a palavra para o convidado Rodrigo Delandes, que fez uma apresentação do PCE do Terminal de Produtos Siderúrgicos de Praia Mole referente ao tema proposto e adotado naquele terminal portuário, demonstrando resultados eficientes em condições meteorológicas adversas, no caso sob análise: ventos fortes, para seus equipamentos. Após a apresentação e debates foi analisado o texto proposto e enviado previamente para todas as bancadas chegando-se a um consenso após várias modificações sugeridas, ficando aprovado de forma unânime de inclusão dos seguintes subitens 29.3.5.18.1 e 29.3.5.18.2 complementares ao subitem **29.3.5.18:**

29.3.5.18.1 - Todo equipamento de guindar sobre trilhos deve ser dotado de sistema de frenagem e ancoragem a fim de evitar o seu deslocamento acidental pela ação do vento.

29.3.5.18.2 - No Plano de Controle de Emergência – PCE da instalação portuária devem constar todas as medidas aplicáveis para prevenir acidentes pela ação do vento, sendo obedecidos os limites operacionais recomendados pelo fabricante do equipamento de guindar.

Reinício dos trabalhos da 23ª RO da CPNP dia 6.12.2011 – 8:30 às 13:00 h

Item 4 da pauta:

Complemento de proposta sobre Cargas Radioativas – CNEN e MTE/DSST

Item 4: Complemento de proposta sobre cargas Radioativas – CNEN e MTE/DSST.

Com a palavra a Sra. Ana Célia Sobreira, indicada pelo Eng. Natanael Bruno (CNEN) defendeu uma nova proposta de redação complementar para as alíneas do subitem 29.6.4.6, uma vez que após palestra feita pelo coordenador da CPNP José Emilio e Rosângela Mendes, no auditório da CNEN Rio de Janeiro, algumas questões foram levantadas que demonstraram a necessidade de reconsideração da CPNP para o aperfeiçoamento da matéria. Sob análise as seguintes alterações:

d) As operações de carga e descarga de cargas Classe 7 em portos serão acompanhadas por um Supervisor de Proteção Radiológica do expedidor e do destinatário da carga, a quem caberá determinar a necessidade ou não de monitoração adicional e conseqüente controle de exposição do pessoal envolvido nestas operações.

Quando não houver necessidade de monitorações e/ou controles adicionais, o Supervisor de Proteção Radiológica - SPR deverá informar sua decisão e enviar, por escrito, e com 48 horas de antecedência, ao terminal de cargas onde se dará a operação informando ainda como poderá ser contatado, antes e durante a operação.

e) Havendo necessidade de monitoramento e/ou controles adicionais o SPR responsável pela operação deverá providenciar os meios e pessoal apropriados ao controle adicional requerido.

f) Em caso de dano aos embalados ou erros associados à documentação da carga o operador portuário deverá solicitar a presença do SPR responsável pela operação para a avaliação geral.

g) É assegurado ao pessoal envolvido nas operações com materiais radioativos o total acesso aos dados e resultados da eventual monitoração e do conseqüente controle da exposição.

Após a apresentação e devidas manifestações, houve consenso quanto a exclusão das alíneas “d” e “e” da proposta da CNEN.

Foi reformulada a alínea “f” que passa a ser “d” e fica mantida a “g” como “e”.

Ficando o referido subitem com as seguintes alíneas consolidadas:

29.6.4.6

“d” – Em caso de acidente/incidente com ou sem danos aos embalados, a pessoa responsável deverá solicitar a presença do Supervisor de Proteção Radiológica – SPR - designado pelo expedidor ou destinatário da carga, para avaliação geral, que decidirá formalmente pelos procedimentos a serem adotados.

“e” – É assegurado ao pessoal envolvido nas operações com materiais radioativos, o total acesso aos dados e resultados da eventual monitoração e do conseqüente controle da exposição.

Item 5 :Complementação da proposta sobre CPATP exclusão OGMO – FUNDACENTRO e DSST;

O item foi retirado de pauta, uma vez que a manifestação patronal que iria decidir sobre a pendência quanto à inclusão do termo “tomador de serviços” não compareceu e não enviou sua decisão sobre o tema. O item novamente será pautado para a próxima reunião ordinária ou caso o patronato esteja de acordo com a citada inclusão, a coordenação orientou à bancada patronal que enviasse tal informação que seria considerada encerrada e apenas informada na 24ª RO da CPNP.

Item 6: Análise de texto para inclusão do subitem 29.3.9.6 Segurança e Armazéns e Silos – FUNDACENTRO, DSST E CNA.

O representante da CNA, Luiz A. Fayet informou que na CNA existe uma Câmara de Logística, que assessora e responde pelo tema pautado. Relatou que proposta inicial foi analisada por esta câmara que solicitou o agendamento de uma reunião com técnicos específicos da FUNDACENTRO afim de uma adequação das necessidades vislumbradas para a NR-29. Dirigiu pedido à CPNP de mais prazo e o agendamento da citada reunião para janeiro/2012, após o que seria acertado e consolidado um texto, a ser pautado para a próxima RO da CPNP.

O representante da FUNDACENTRO Antonio Carlos Garcia argumentou que seria necessário à NR 29 procedimentos a respeito de armazéns, com medidas de controle, que a NR-29 é omissa em relação a tais as medidas, que a proposta seria a inclusão na NR-29 de item específico. O coordenador, Sr. José Emílio, colocou a proposta da CNA para os membros da comissão. Os representantes do governo chegaram ao consenso em aguardar a reunião sugerida pela representação da CNA.

Sr. Guanito Prado (FNP), disse ter feito reunião no Porto de Santos, onde foi aprovada a redação proposta pela FUNDACENTRO, apenas no item 29.3.9.6.3, foi sugerido a troca de “administração portuária” por “instalação portuária”, uma vez que cada terminal que opera com estes produtos, deve ter os seus procedimentos específicos, que podem diferir um do outro, devido as diferenças dos produtos e instalações, mas atendendo ao objetivo final, que seria o de atender os quesitos propostos. O representante da CNA

esclareceu que não era contra a proposta, entretanto seu setor entendia a necessidade de que fosse feita uma discussão melhor do tema com os seus técnicos, conforme proposta feita nesta reunião e prevista para janeiro/2012.

O representante da FUNDACENTRO ratifica seu texto e diz que se o patronato não concordasse que fosse apresentada uma alternativa, argumentou que não haveria necessidade de reunião conjunta com estes técnicos especializados da CNA, acrescentou que a margem de mudança do texto seria pequena, pois a proposta sugerida é o que estaria disponível na literatura especializada. Na bancada laboral houve consenso sobre aguardar um texto consolidado, produto de reunião entre FUNDACENTRO e os técnicos da CNA. O coordenador sugeriu que ficasse para fevereiro/2012 devido a problemas de logística de deslocamento de servidores em janeiro, orientou ao representante da CNA que enviasse correspondência sobre o agendamento da reunião proposta. Finalmente foi consenso que o assunto fosse novamente pautado para a próxima RO da CPNP.

Item 7 – Outros Assuntos:

O coordenador levantou a questão do agendamento das Reuniões Ordinárias de 2012, a ser enviado para a SIT/DSST até o próximo dia 9/12 o planejamento para o ano de 2012 da CPNP.

Foram pré-agendadas para:

Data	Local	
Março (2ª quinzena)	Porto de Rio Grande (RS)	
Junho	Vila do Conde e Belém/PA ou Suape (PE)	
Novembro	Itaguaí - Rio de Janeiro	Com previsão do Congresso SST Portuário

Ernani Pereira, da CONTTMAF, conclamou os presentes sobre a necessidade de defesa da FUNDACENTRO, tendo em vista as limitações impostas pelo governo a instituição, que a mesma estaria sendo desprestigiada, necessitando de um posicionamento em defesa por parte da classe laboral e da CPNP visando o seu fortalecimento. O Sr. Mario Teixeira da FENCCOVIB ratificou este posicionamento, acrescentando sua defesa ao MTE, também a manutenção da Secretaria Especial de Portos, considerando a importância da criação da SEP para otimização destes trabalhos na área portuária.

O representante da Marinha do Brasil (DPC), Com. Álvaro Diniz de Carvalho, tendo em vista sua saída, agradeceu e despediu-se dos presentes, fez a apresentação do o novo titular governamental o Com. Fernando Alberto Gomes da Costa, esclarecendo que o mesmo teria total conhecimento e condições para a continuidade dos trabalhos.

Foi informado pelo coordenador que a SEP seria incluída na bancada de governo e que a ANTAQ participaria na qualidade de convidada permanente, semelhante ao que anteriormente acontecia com a representação da OIT convidada. Agradeceu a participação da Sra. Maria Cristina Dutra (SEP) e Maria Luiza Almeida Gusmão (ANTAQ).

O coordenador na oportunidade fez referencia a uma preocupação da CPNP e solicitou à SEP e ANTAQ que verificasse junto às Cias Docas os procedimentos que possuem para o controle populacional de pombos nos portos, esclarecendo sobre a necessidade da manutenção destes estudos devido principalmente ao potencial de ocorrência de grave doença pulmonar (criptococose) entre os trabalhadores portuários devido ao contato com fezes destas aves.

Nada mais tendo a tratar, a reunião foi encerrada.